



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 033/2008

Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÁREA DE ESTUDO

Gestão II

Caderno de Provas

Questões Objetivas

INSTRUÇÕES:

- 1- Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- 2- Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
- 3- A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas, para as duas partes, não podendo o candidato retirar-se da sala em que se realiza a prova antes que transcorra 02 (duas) horas do seu início.
- 4- A prova é composta de 40 questões objetivas.
- 5- As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
- 6- A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta).
- 7- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
- 8- O Candidato deverá devolver ao Aplicador o Cartão Resposta, ao término de sua prova.

GESTÃO II

01. Em relação à acumulação remunerada de cargos públicos, marque a opção **CORRETA**.

- a) É vedada a acumulação de cargos públicos.
- b) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de professor.
- c) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de arquiteto.
- d) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de engenheiro.
- e) Não é possível a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

02. A finalidade como elemento essencial à validade dos atos administrativos se relaciona mais com o princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Eficiência.
- e) Publicidade.

03. A respeito dos deveres fundamentais do servidor público, marque a opção **INCORRETA**.

- a) O servidor deverá desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente, diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.
- c) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e o contato com o público.
- d) Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.
- e) Não precisa comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

04. Para que se tenha caracterizada a relação de emprego, é necessária a presença de todos os elementos fático-jurídicos. São eles:

- a) trabalho por pessoa física, pessoalidade, não-eventualidade e subordinação.
- b) pessoalidade, não-eventualidade, subordinação e onerosidade.
- c) trabalho por pessoa física, não-eventualidade, subordinação e onerosidade.
- d) trabalho por pessoa física, pessoalidade, não-eventualidade, subordinação, onerosidade.
- e) trabalho por pessoa física, pessoalidade e não-eventualidade.

05. Qual dos benefícios necessita de período de carência?

- a) Pensão por morte.
- b) Auxílio-reclusão.
- c) Salário-família.
- d) Auxílio-acidente.
- e) Auxílio-doença.

06. A Lei nº 8.666/91 trata a respeito de:

- a) Código de Ética do Servidor Público.
- b) Estatuto do Servidor Público.
- c) Licitação.
- d) Improbidade administrativa.
- e) Consolidação das Leis do Trabalho.

07. Para efeitos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92):

- a) o agente público é aquele que exerce função somente por meio de nomeação nas entidades de administração direta.
- b) a prescrição dar-se-á em 5 anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- c) a prescrição dar-se-á em 5 anos após a data do cometimento do ilícito.
- d) o agente público é aquele que exerce cargo somente através de eleição nas entidades de administração direta.
- e) o agente honorífico não pode ser sujeito ativo deste ilícito.

08. São iguais os direitos previdenciários de trabalhadores:

- a) Avulsos e de autônomos.
- b) Domésticos e de segurados especiais.
- c) Com vínculo empregatício, inclusive os domésticos e avulsos.
- d) Com vínculo empregatício, exceto os domésticos e avulsos
- e) Autônomos e de segurados especiais.

09. O servidor público civil federal, regido pelo Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/90, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das suas atribuições. Marque a opção **CORRETA**.

- a) As sanções daí decorrentes são interdependentes e inacumuláveis entre si.
- b) No caso de dano causado a terceiros, ele não responde regressivamente.
- c) A responsabilidade administrativa fica afastada, se houver absolvição criminal, por negativa do fato.
- d) A responsabilidade administrativa não se afasta, mesmo se houver absolvição por negativa de autoria.
- e) No caso de dano ao erário, a obrigação de reparar se extingue com a sua morte e não se transmite a herdeiros.

10. Em todos os casos se aplica a penalidade de demissão do servidor público federal, conforme a Lei nº 8.112/90, **EXCETO**:

- a) abandono do cargo.
- b) inassiduidade habitual.
- c) improbidade administrativa.
- d) insubordinação grave em serviço.
- e) coagir subordinando a filiar-se a organização sindical ou a partido político.

11. São atributos do ato administrativo:

- a) discricionariiedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- b) discricionariiedade, impessoalidade e moralidade.
- c) discricionariiedade, impessoalidade e coercibilidade.
- d) legalidade, moralidade e coercibilidade.
- e) onerabilidade, moralidade, impessoalidade.

12. As anotações feitas na CTPS pelo empregador valem:

- a) apenas para as autoridades públicas (fiscais do MTb).
- b) para impedir que o empregado perca o FGTS.
- c) só acompanhadas do contrato de trabalho em que empregado e empregador assinaram.
- d) apenas para a previdência social.
- e) como ajuste entre as partes e para todos os fins legais.

13. As férias coletivas:

- a) podem ser repartidas em dois períodos: um deles não pode ser inferior a dez dias.
- b) devem ser decididas em conjunto, empresa e sindicato, pois de outra forma, não terão valor legal.
- c) não podem abranger feriados nacionais e dias santos, como Natal, final de ano e carnaval.
- d) não podem sofrer o desconto das faltas ao serviço, o que é mais vantajoso para o trabalhador.
- e) não podem ser concedidas aos empregados com menos de um ano de casa.

14. O contrato individual de trabalho é válido:

- a) quando as partes forem capazes e o objeto lícito, moral e possível;
- b) em se tratando de empregado menor, se homologado pelo Juiz de Menor.
- c) só quando escrito, pois na empresa não se admite contrato oral ou tácito.
- d) com a manifestação de vontade, capacidade das partes e idoneidade do objeto.
- e) com o consentimento livre e soberano das partes capazes e a licitude de objeto.

15. Qual a situação que **NÃO** representa justo motivo para a rescisão indireta do contrato pelo empregado?

- a) Ser tratado pelo empregador com rigor excessivo.
- b) Ocorrer atraso no pagamento salarial por dois (dois) meses.
- c) Serem-lhe exigidos serviços contrários aos bons costumes.
- d) Correr perigo manifesto de mal considerável.
- e) Reduzir unilateralmente o trabalho do empregado.

16. Marque a opção **CORRETA**.

- a) A lei faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e gozo dos direitos civis.
- b) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes, compreende-se o benefício da restauração.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os ausentes.
- d) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes, compreende-se o benefício da restituição.
- e) A personalidade civil do homem começa com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro.

17. Quanto às obrigações, marque a opção **INCORRETA**.

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha da prestação cabe ao devedor se outra coisa não se estipulou.
- b) Obrigação é uma espécie de dever jurídico, que tem por objeto uma prestação, com repercussões de caráter patrimonial.
- c) A cláusula penal pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior.
- d) A solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- e) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um responderá pela dívida toda.

18. São direitos reais de garantia:

- a) a enfiteuse, o penhor e a hipoteca.
- b) a hipoteca, o penhor, o usufruto e o uso.
- c) a anticrese, o penhor e a hipoteca.
- d) a anticrese, o usufruto, a hipoteca e a enfiteuse.
- e) a hipoteca, a alienação fiduciária e enfiteuse.

19. Quanto aos atos jurídicos, marque a opção **CORRETA**.

- a) São nulos de pleno direito os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
- b) O dolo acidental não obriga à satisfação de perdas e danos.
- c) A coação exercida por terceiro não vicia o ato.
- d) A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.
- e) No ato ilícito, o feito depende da vontade do agente, que, ao agir com dolo ou culpa e ocasionar dano a outrem, ocasionará efeitos jurídicos que, em absoluto, desejou, porque sempre estará sujeito às sanções legais.

20. A doutrina política do federalismo, na forma adotada pelo Brasil, implica a divisão do Estado Brasileiro em Estados Membros, que terão um governo dotado de:

- a) soberania.
- b) independência.
- c) autonomia.
- d) ordenamento jurídico próprio.
- e) tribunais superiores.

21. NÃO pode ser considerado princípio Constitucional do Brasil:

- a) o regime democrático representativo.
- b) o catolicismo como religião oficial do país.
- c) forma republicana de governo.
- d) ordem econômica e social baseada na livre iniciativa.
- e) divisão de poderes.

22. Qual é o instrumento jurídico que visa à proteção do direito individual líquido e certo não amparado por hábeas corpus?

- a) Mandado de Injunção.
- b) Ação Popular.
- c) Ação Civil Pública.
- d) Mandado de Segurança.
- e) Hábeas data.

23. Marque a opção que **NÃO** corresponde à definição de uma das formas de provimento derivado de cargo público.

a) Readaptação: é a investidura do servidor público em atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada através de inspeção médica.

b) Recondição: é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava anteriormente por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

c) Reintegração - é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão judicial ou administrativa com o recebimento de todas as vantagens correspondentes ao período de afastamento do servidor. Só poderá ser reintegrado, aquele servidor que possuir estabilidade.

d) Reversão: é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos que ensejaram a aposentadoria.

e) Ascensão: é o deslocamento do servidor a pedido ou "ex ofício" no âmbito do mesmo quadro com ou sem mudança de sede.

24. O princípio administrativo que estabelece que, ao contrário da atividade privada, onde se pode fazer tudo o que não é proibido, na administração pública só se pode fazer o que é permitido, denomina-se princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Razoabilidade.
- e) Motivação.

25. O empregado que tiver tido de 15 a 23 faltas no período aquisitivo só terá direito a:

- a) 24 dias de férias.
- b) 10 dias de férias.
- c) 18 dias de férias.
- d) 20 dias de férias.
- e) 12 dias de férias.

26. Não constitui ato de improbidade administrativa:

- a) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- b) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- c) negar publicidade aos atos oficiais.
- d) frustrar a licitude de concurso público.
- e) participar de concurso público realizado pela entidade pública onde exerce suas funções como servidor efetivo.

27. O servidor público em obediência ao Código de Ética, aprovado pelo Decreto nº 1.171/94, deverá obedecer às seguintes regras, **EXCETO**:

- a) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações morais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- b) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.
- d) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- e) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

28. Após a cessação do Contrato de trabalho, qual o tempo máximo que o empregado tem para propor reclamação trabalhista?

- a) Cinco anos.
- b) Seis anos.
- c) Dois anos.
- d) Quatro anos.
- e) Três anos.

29. Qual o período que é computado como jornada de trabalho noturna?

- a) Das 24 horas às 6 horas.
- b) Das 22 horas às 5 horas.
- c) Das 18 horas às 6 horas.
- d) Das 20 horas às 5 horas.
- e) Das 22 horas às 6 horas.

30. O Direito do Trabalho estabelece que não pode ser exigido da mulher empregada a execução de tarefas que impliquem carregar pesos superiores a:

- a) 15 quilos para serviços contínuos e 30 quilos para serviços esporádicos.
- b) 20 quilos para serviços contínuos e 25 quilos para serviços esporádicos.
- c) 10 quilos para serviços contínuos e 20 quilos para serviços esporádicos.
- d) 25 quilos para serviços contínuos e 30 quilos para serviços esporádicos.
- e) 30 quilos para serviços contínuos e 40 quilos para serviços esporádicos.

31. A rescisão antecipada do Contrato de Experiência (contrato por prazo determinado) obriga a parte que lhe deu causa a pagar uma indenização a outra parte, calculada sobre todos os salários que o empregado ainda teria para receber, na proporção de:

- a) 100%
- b) 40%
- c) 60%
- d) 20%
- e) 50%

32. Na rescisão imotivada do contrato de trabalho (demissão sem justa causa), o empregado terá direito ao aviso-prévio de 30 dias, com jornada de trabalho reduzida em duas (2) horas e receberá, além dos direitos adquiridos na vigência do contrato de trabalho, a multa compensatória, calculada sobre o saldo da conta do FGTS na proporção de:

- a) 50%
- b) 40%
- c) 60%
- d) 100%
- e) 20%

33. O empregador só é obrigado a remunerar o período que o empregado permanecer de licença médica que não ultrapassar a:

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 25 dias.
- e) 10 dias.

34. O teto de 10 salários mínimos, sobre o qual incide a contribuição previdenciária do trabalhador, é também o teto sobre o qual ele receberá os benefícios da previdência. Qual o único benefício que não fica adstrito a este limite, sendo recebido na proporção do valor integral do salário do segurado?

- a) Aposentadoria por invalidez.
- b) Auxílio-reclusão.
- c) Auxílio-doença.
- d) Salário-maternidade.
- e) Aposentadoria por tempo de contribuição.

35. O auxílio acidente, pago pela previdência social, é direito do empregado que comprove redução de sua capacidade de trabalho em razão de seqüelas derivadas de um acidente de trabalho. Sendo devido:

- a) vitaliciamente e na proporção de 80% de seu último salário de contribuição.
- b) vitaliciamente e na proporção de 40% de seu último salário de contribuição
- c) até a data de sua aposentadoria e na proporção de 50% de seu último salário de contribuição.
- d) até a data de sua aposentadoria e na proporção de 60% de seu último salário de contribuição.
- e) durante dez (10) anos.

36. A respeito de emancipação, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a emancipação pode ser adquirida ou consentida.
- b) para a emancipação concedida, exige-se a idade mínima de 16 anos.
- c) a emancipação pode ser adquirida pelo efetivo exercício de serviço público.
- d) o indivíduo se emancipa ao completar a maioridade.
- e) a emancipação pode ser adquirida pelo casamento.

37. São também considerados relativamente incapazes:

- a) os loucos de todo o gênero.
- b) o maior de 18 anos e menor de 21 anos.
- c) os ébrios e os toxicômanos.
- d) os maiores de 70 anos.
- e) os criminosos, durante o cumprimento da pena.

38. São consideradas pessoas jurídicas de direito público interno, **EXCETO**:

- a) as autarquias.
- b) as empresa públicas e as sociedades de economia de mista.
- c) os municípios.
- d) o Estado.
- e) a União.

39. Só é admissível a alteração do contrato de trabalho quando:

- a) feita de mútuo acordo entre as partes.
- b) não seja prejudicial ao empregado.
- c) feita de mútuo acordo entre as partes e, concomitantemente, não seja prejudicial ao empregado.
- d) autorizada pelo sindicato, em negociação coletiva, se prejudicial ao empregado.
- e) autorizada pelo sindicato, mediante homologação do ajuste, se prejudicial ao empregado.

40. O prazo legal para a instauração de inquérito para apuração de falta grave de empregado estável é:

- a) 15 dias a contar da suspensão do empregado.
- b) 30 dias a contar da falta grave cometida.
- c) 48 horas a contar da falta grave cometida.
- d) 30 dias a contar da suspensão do empregado.
- e) 10 dias a contar da suspensão do empregado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO

CP 33/2008 - FOLHA DE RESPOSTA (RASCUNHO)

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01		11		21		31	
02		12		22		32	
03		13		23		33	
04		14		24		34	
05		15		25		35	
06		16		26		36	
07		17		27		37	
08		18		28		38	
09		19		29		39	
10		20		30		40	

GESTÃO II

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01	B	11	NULA	21	B	31	E
02	B	12	E	22	D	32	B
03	E	13	A	23	E	33	B
04	D	14	E	24	A	34	D
05	E	15	B	25	C	35	C
06	C	16	E	26	E	36	D
07	B	17	E	27	C	37	C
08	D	18	C	28	C	38	B
09	C	19	D	29	B	39	C
10	E	20	C	30	B	40	D